



Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Documento para consulta pública

Sumário Executivo

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS – SEPLAN
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Documento para consulta pública

DISCUSSÃO DA ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

Sumário Executivo

Comitê Interministerial de Governança

Ministro-chefe da Casa Civil

Eliseu Lemos Padilha

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro da Fazenda

Eduardo Refinetti Guardia

Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

Wagner de Campos Rosário

Grupo de Trabalho

Comitê Executivo

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

Julio Alexandre Menezes da Silva

Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Dyogo Henrique de Oliveira

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ernesto Lozardo

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Roberto Luis Olinto Ramos

Comitê Técnico

Representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Miguel Crisóstomo Brito Leite

Representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Fernando Pimentel Puga

Representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Sergei Suarez Dillon Soares

Representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rebeca de La Rocque Palis

Barbara Cobo Soares

Grupo de Consolidação

Hébrida Verardo Moreira Fam

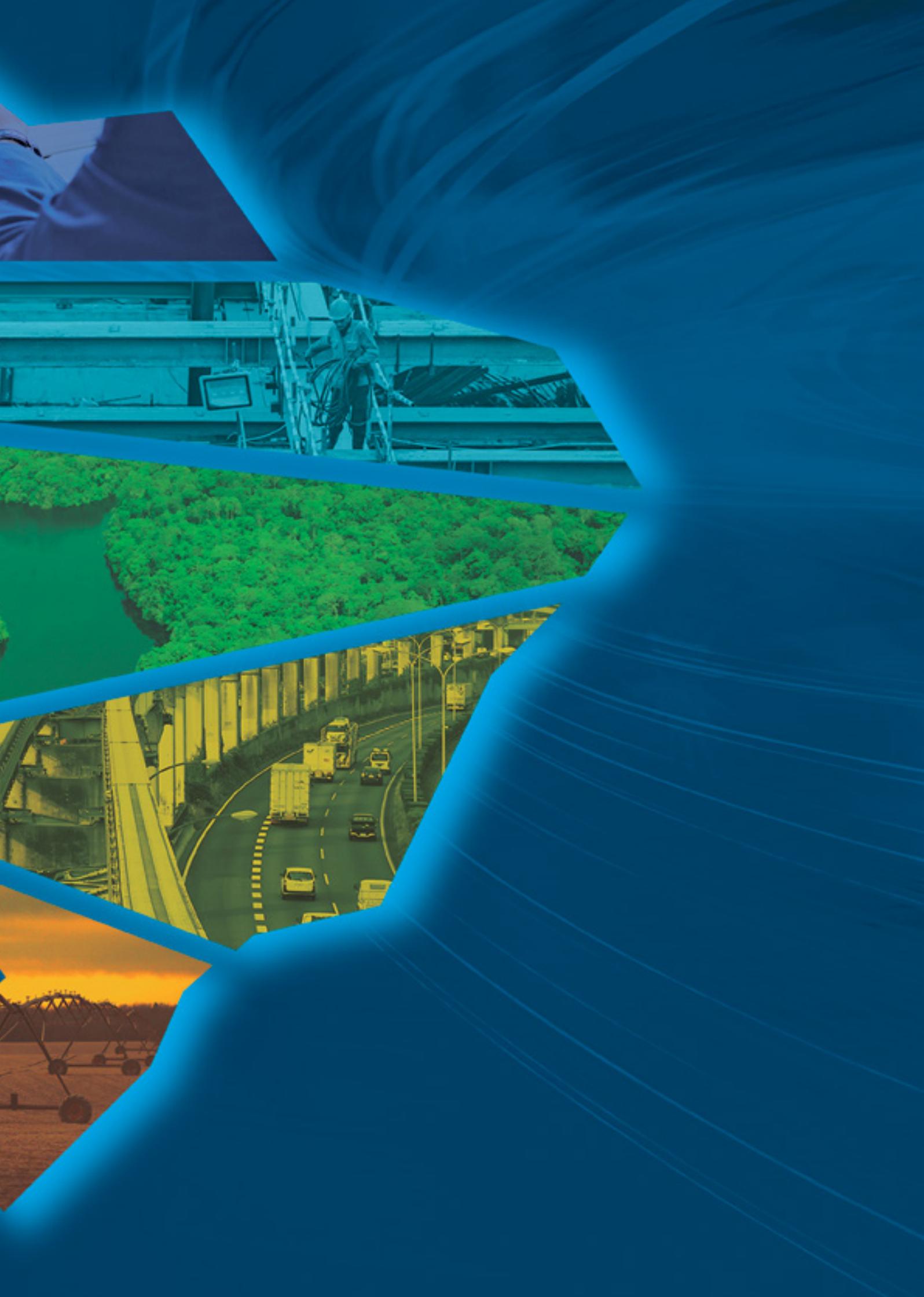
Lavinia Barros de Castro

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

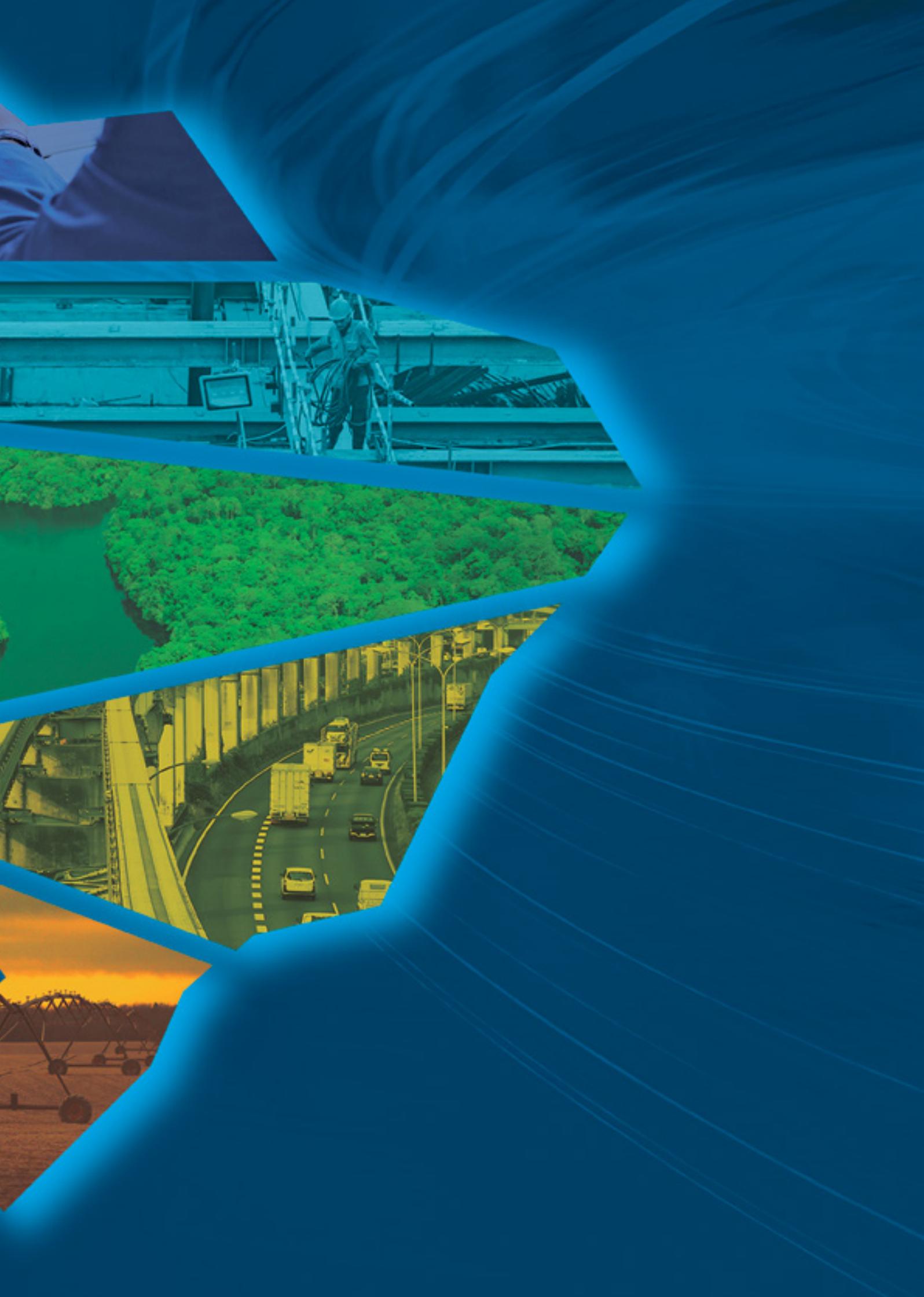
Rodrigo Correa Ramiro

Rodrigo Mendes Leal



Sumário

Prefácio	7
1. Introdução	8
2. Diretrizes e Bases da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	12
3. Onde estamos	16
4. Megatendências e seus impactos nas políticas públicas	20
5. Cenário macroeconômico.....	24
6. O Caminho até 2031	28
6.1 Desafios e Orientações	29
Eixo 1: econômico	29
Eixo 2: institucional.....	33
Eixo 3: infraestrutura.....	36
Eixo 4: ambiental	39
Eixo 5: social	41
6.2 Riscos e medidas mitigadoras.....	46
7. Considerações finais.....	48



Prefácio

Este documento apresenta o sumário executivo da versão para discussão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Brasil entre 2020 e 2031, concebida com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, previsto no art. 174 da Constituição Federal de 1988, e composto também pelos planos nacionais, setoriais e regionais e plano plurianual (PPA), conforme PL 9.163/2017. A Estratégia Nacional representa mais um passo na busca de melhor governança para as ações do Estado brasileiro.

Figura 1
Estrutura do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado



Fonte: Seplan/MP.

Esta versão foi construída a partir da convergência de estudos e reflexões de longo prazo publicados por órgãos de pesquisa e planejamento da administração pública federal e de consulta aos ministérios do governo federal, reunindo visões diversas e setoriais deste esforço complexo que é propor um planejamento de longo prazo ao país. As contribuições da sociedade e de especialistas, coletadas na consulta pública que se inicia, refinarão o documento.

Ressalte-se que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, sendo que o detalhamento das políticas públicas deverá ser apresentado nos respectivos planos nacionais, setoriais e regionais e no PPA.

1. Introdução



A Estratégia Nacional representará o resultado das discussões entre governo e sociedade sobre a direção do planejamento nacional equilibrado em um horizonte de 12 anos, visando alavancar as oportunidades e promover a remoção dos gargalos ao desenvolvimento econômico e social do país. O documento tem como premissa a definição de Diretrizes, ideias-força que devem ser perseguidas nesse horizonte. Em busca de uma visão estratégica que possa atravessar diferentes governos, as Diretrizes foram propostas com base na Constituição Federal de 1988 (CF/88), seguindo os preceitos sintetizados em seu Artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

As Diretrizes têm a concretude necessária para guiar a identificação de desafios e orientações que permitirão o país rumar a um futuro desejado. Suas descrições devem ser plausíveis e viáveis e não apenas a representação de simples vontade ou esperança.

O relatório contempla também a identificação da situação atual do país (“Onde estamos”), por meio de um breve diagnóstico elaborado a partir de índices-chaves, e de megatendências mundiais e nacionais que mostram os rumos que se vislumbra para os próximos anos.

Para alcançar o preconizado nas diretrizes, a Estratégia Nacional: *i)* identifica desafios para o Brasil nos próximos doze anos; *ii)* define orientações que lhe permitirão deslocar-se em direção ao futuro desejado; e *iii)* aponta possíveis riscos que podem desviá-lo do caminho perseguido (figura 2).

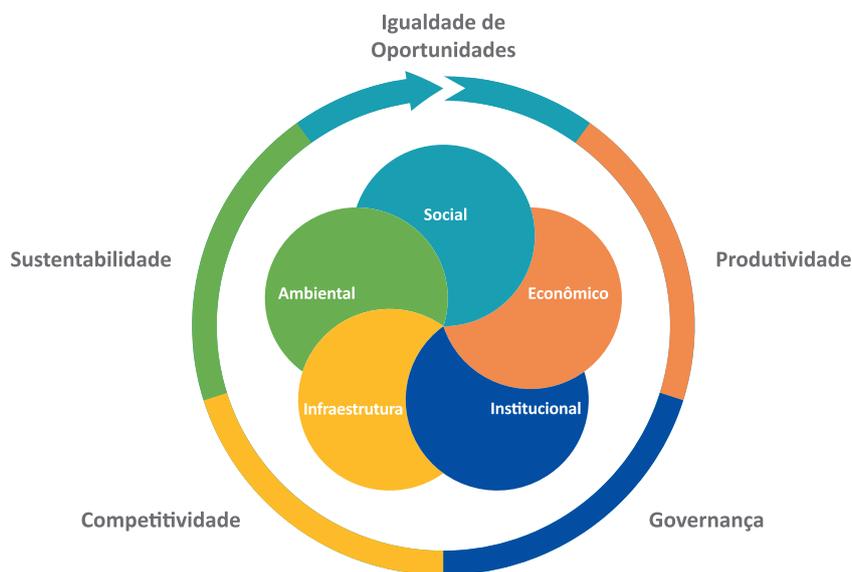
Figura 2
Metodologia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

A Estratégia Nacional está organizada em cinco eixos (figura 3) – econômico, institucional, de infraestrutura, ambiental e social – que contemplam, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento econômico e da inclusão social nos próximos 12 anos. Apesar do recorte proposto, existe uma inter-relação entre eles, haja vista que os temas tratados em cada um, via de regra, têm caráter de transversalidade e sinergia, e, juntos, concorrem para uma efetiva concretização das diretrizes da Estratégia Nacional.

Figura 3
Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

2. Diretrizes e Bases da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, avanços foram obtidos no que se refere à concretização de direitos individuais e sociais e ao alcance dos objetivos fundamentais previstos em seu artigo terceiro. No entanto, sabe-se que ainda há um longo caminho a percorrer.

De forma complementar aos objetivos fundamentais da República, nas últimas décadas, novas agendas ganharam força e estão refletidas nos acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris. Além disso, não pode ser negligenciada a transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, em que ocorre o predomínio da informação, da comunicação e do conhecimento na economia e no conjunto das atividades humanas.

Nesse contexto, a diretriz principal deste documento (**“Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos”**) tem como objetivo dar concretude ao disposto na CF/88 e, no período de doze anos, transformar o Brasil em um país com padrão de desenvolvimento econômico e social similar ao dos países desenvolvidos.

Para materializar em números o que se pretende no âmbito da Diretriz Principal, utilizou-se, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que classifica o Brasil, atualmente, como país de nível “alto” de desenvolvimento humano. Pretende-se que, ao final do horizonte estabelecido para esta Estratégia Nacional, o país passe ao nível “muito alto”.

Para isso, além de elevar sua renda *per capita* e melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e educação, o país precisa avançar em segurança pública e enfrentar um dos seus maiores passivos: a elevada desigualdade social e regional.

Todas essas questões, junto a outras de igual relevância para o desenvolvimento nacional, serão tratadas nos cinco eixos sobre os quais o documento está estruturado.

Figura 4

Diretriz principal e diretrizes dos eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

Com relação ao eixo econômico, faz-se necessário que haja um crescimento sustentado e inclusivo, o que só será possível com o aumento da produtividade do país. Entre os fatores que contribuem com o aumento da produtividade estão a melhoria do ambiente de negócios, o estímulo à concorrência, ao desenvolvimento tecnológico, à capacitação do trabalhador e uma inserção qualificada do país no mercado internacional.

Para que isso ocorra, o Estado precisa também melhorar sua governança, com mais eficiência e eficácia nas ações governamentais, de forma a garantir um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e ao investimento, com regras claras, burocracia eficiente e mais segurança jurídica.

Um ambiente de negócios mais favorável contribuirá para a realização dos investimentos necessários em infraestrutura – historicamente um gargalo para o au-

mento da competitividade do país. Especialmente no que se refere à infraestrutura econômica e social, o país terá de lidar com a limitada capacidade de investimento do Estado, estabelecendo regras e condições que sejam capazes de atrair também investimentos privados.

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais e a materialização dos investimentos em infraestrutura não podem, entretanto, comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. O desenvolvimento tem de observar a sustentabilidade ambiental, sendo guiado por padrões também mais sustentáveis de produção e de consumo. Por seu turno, a necessidade de se caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar variadas oportunidades de negócios, estimulando a economia e gerando empregos verdes, atividades que busquem sinergias entre o mercado de trabalho, a produção de energia e os temas ambientais, bem como criando trabalho decente¹ e inclusão social.

Por fim, o planejamento governamental deve ter como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento sustentável precisa ir além do crescimento econômico e do aumento da produtividade nacional, contemplando a melhoria na distribuição da renda e a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, e proporcionando igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Ainda no que se refere ao bem-estar da população, uma das principais questões é a melhoria da segurança pública.

Além dos encadeamentos entre os eixos aqui ilustrados, há temas que apresentam forte transversalidade e deverão ser tratados em todos os eixos, preservando assim seu caráter universal, indivisível e interdependente. A garantia da cidadania, dos direitos fundamentais e da redução de desigualdades, em particular para grupos sociais vulnerabilizados, assim como questões de gênero e étnico-raciais, são tratadas de forma transversal no documento, não se restringindo a um eixo específico. No mesmo sentido, questões regionais/territoriais terão um tratamento que perpassa todos os eixos.

1. Trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, nos termos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

3. *Onde estamos*



O capítulo “Onde estamos” traz um breve diagnóstico do país, elaborado com base em índices-chaves que mensuram, de forma agregada, o desenvolvimento econômico e social, e permitem a comparação internacional.

Dado que a diretriz principal da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é *“Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos”*, o IDH foi utilizado como uma medida resumida do progresso a longo prazo por meio de suas três dimensões: renda, saúde e educação. Essas três dimensões, além de outras perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do país e bem-estar da população, são mais detalhadas em cada um dos eixos que organizam a Estratégia Nacional e, em conjunto, permitem uma visão mais integral da situação do país, auxiliando na definição de desafios para o longo prazo.

A seguir encontra-se uma tabela resumida dos indicadores selecionados para a Estratégia Nacional. A seleção desses índices-chave considerou, entre outros, os seguintes critérios: relacionamento com políticas públicas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); comparabilidade internacional; e possibilidade de desagregação regional e por perfil da população.

Também é importante destacar que a Estratégia Nacional não traz os indicadores específicos por setor, uma vez que estes devem ser abordados nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores. Assim, para cada eixo foram selecionados indicadores mais abrangentes, cuja alteração significativa não depende de intervenções em uma política específica, mas de mudanças estruturais em diversos aspectos socioeconômicos.

Tabela 1
Indicadores selecionados para a Estratégia Nacional

Geral					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	79º/188	0,754	Índice	2015	UNDP
Eixo Econômico					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Varição real do PIB <i>per capita</i>		0,2	%	2017	IBGE
Varição real da produtividade		-0,2	%	2015	IBGE
Corrente de comércio exterior da economia brasileira		24,1	% do PIB	2017	IBGE
Eixo Institucional					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Índice de Competitividade Global (ICG)	80º/137	4,14	Pontuação de 1-7	2017	Fórum Mundial
Grau de facilidade de se fazer negócios	125º/190	56,45	Pontuação de 0-100	2018	Banco Mundial
Eixo Infraestrutura					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Participação das obras de infraestrutura no PIB		2,0	% do PIB	2015	IBGE
Índice de Desempenho Logístico	55º/160	3,09	Pontuação de 1-5	2016	Banco Mundial
Porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar		54,9	%	2017	PNADC/IBGE
Eixo Ambiental					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa		0,16	CO ₂ e kg <i>per</i> \$ PIB PPP	2014	Banco Mundial
Participação de fontes de energia renovável na matriz energética		43,47	%	2016	EPE/MME

Eixo Social					
Indicador	Ranking de países	Último valor disponível			Fonte
		Valor	Unidade	Ano	
Taxa de homicídio		28,8	Homicídios por 100 mil hab.	2015	MS e IBGE
Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)		14,9	Óbitos por mil nascidos vivos	2016	MS
Esperança de vida ao nascer		76,0	Anos	2017	IBGE
Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental		74,6	%	2017	PNADC/IBGE
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		5,5	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais do Ensino Fundamental		4,5	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio		3,7	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Gini		0,549	Índice	2017	PNADC/IBGE
Proporção da população abaixo da linha de pobreza		8,5	%	2016	PNADC/IBGE
Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental		74,6	%	2017	PNADC/IBGE
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		5,5	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais do Ensino Fundamental		4,5	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio		3,7	Índice	2015	INEP/MEC
Índice de Gini		0,549	Índice	2017	PNADC/IBGE
Proporção da população abaixo da linha de pobreza		8,5	%	2016	PNADC/IBGE

4. Megatendências e seus impactos nas políticas públicas



Para a elaboração dessa Estratégia Nacional, devem ser observados os rumos que o mundo e o país estão seguindo. Como *proxy* desses rumos, este relatório aborda as megatendências mundiais e os acordos internacionais (aqui representados pelos ODS).

As megatendências – fatores de grande certeza de ocorrência no desenvolvimento mundial, que já se desenlaçam no presente e, de modo contínuo, apontam para o futuro – devem, necessariamente, ser incluídas quando se pensa o planejamento nacional, haja vista representarem importantes oportunidades ou riscos para a forma como as políticas deverão evoluir.

Quadro 1 Megatendências por eixos

Eixo econômico

- O crescimento econômico mundial será sustentado pelos países emergentes.
- O setor de serviços ampliará sua participação no PIB mundial em detrimento dos demais setores.
- As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) continuarão modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, de educação, de relacionamento pessoal e de lazer.
- O desenvolvimento tecnológico multidisciplinar ocorrerá em ritmo cada vez maior e com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas.
- A demanda mundial por alimentos continuará em crescimento.

Eixo institucional

- A responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões de governança global.
- A participação na prestação de serviços públicos por empresas privadas será crescente.
- O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada será crescente, elevando demandas de ações de prestações de contas e transparência no setor público.
- As tecnologias de informação e comunicação terão usos crescentes na gestão e prestação dos serviços públicos.
- O mundo será mais multipolarizado e globalizado, com crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia.
- Os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política.
- O crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos estados.
- A reorganização comercial ocorrerá por mega-acordos.

Eixo infraestrutura

- A demanda por energia continuará em crescimento.
- As energias renováveis terão maior participação na matriz energética.
- O acesso à internet e aos serviços de comunicação serão ampliados.
- A demanda de infraestrutura e serviços básicos crescerá com a intensificação da urbanização, da concentração da população e da expansão das cidades.
- A utilização de veículos automatizados no transporte coletivo vai aumentar.

Eixo ambiental

- A degradação ambiental continuará sendo uma preocupação mundial.
- A demanda por recursos hídricos será crescente.
- A participação de fontes renováveis na matriz energética mundial será ampliada.
- A manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima.
- O aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.
- A biotecnologia e, conseqüentemente, a bioeconomia continuarão se desenvolvendo.

Eixo social

- O crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional.
- A mortalidade infantil se manterá em redução.
- A participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global.
- Os movimentos migratórios se intensificarão.
- A pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas.

Elaboração dos autores.

Os ODS, por sua vez, fazem parte de um protocolo internacional assinado pelo Brasil em conjunto com 192 países, em setembro de 2015. Nele, o país assumiu o compromisso de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Considerando-se sua amplitude, os ODS são uma boa *proxy* para os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável define dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável, 169 metas e 244 indicadores a eles associados. Deve ser internalizada pela Estratégia Nacional, uma vez que é um compromisso do Estado brasileiro, mas, sobretudo, uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira romper o *status quo* vigente e se organizar para uma caminhada com foco determinado até 2030. Esse ambicioso compromisso internacional tem grande convergência com esta proposta de Estratégia Nacional, tanto na identificação de desafios quanto

de ações necessárias para superá-los no horizonte temporal definido. Assim, os dois instrumentos se retroalimentam, sendo que:

- as prioridades definidas na Estratégia Nacional devem ser refletidas na gestão da Agenda 2030; e
- a internalização da Agenda 2030, mediada pela Comissão Nacional dos ODS, reflete-se na Estratégia Nacional, por exemplo na definição dos índices-chave.

5. *Cenário macroeconômico*



A utilização dos cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou predizer o futuro com relação ao comportamento da economia do País, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com o provável desenvolvimento da economia, ampliando a chance de se alcançar o desejado.

Em uma visão de prazo mais amplo, compatível com o da Estratégia Nacional, o cenário internacional apresenta desafios significativos para a economia brasileira, tendo em vista o aprofundamento do desenvolvimento tecnológico, com disputas comerciais e finanças públicas frágeis em países relevantes. Mas também há aspectos positivos para nossa economia, como o aumento da demanda global por alimentos.

Para a elaboração do cenário macroeconômico doméstico, este capítulo baseou-se nos “Desafios da Nação”, publicação coordenada pelo IPEA e que contou com a participação de diversos especialistas da sociedade brasileira.

Inicialmente, cabe destacar que, para um crescimento sustentável, com retomada dos investimentos e evolução da produtividade, “o país precisa ter um ambiente macroeconômico estável, com políticas monetária e fiscal críveis e sustentáveis”.

Dessa forma, não há como pensar em uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do País ao longo dos próximos anos sem a correção de alguns desequilíbrios relevantes nas finanças públicas. Desde 2014, a economia brasileira opera com deficit primário. Em 2017, o resultado primário do governo central foi de -1,8% do PIB, e deficit nominal 7% do PIB.

A Estratégia Nacional apresenta um cenário básico, que pressupõe estabilidade macroeconômica com reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo, mas não haveria reformas microeconômicas. Ou seja, sem alterar o potencial atual de crescimento da economia brasileira. Como resultado, o crescimento do PIB *per capita* no período 2019-2031 seria da ordem de 1,8% ao ano. Dado um crescimento populacional de 0,5% aa no período, o PIB teria um crescimento médio de cerca de 2,3% aa entre 2019 e 2031 nesse cenário básico.

O IPEA elaborou cenários alternativos, que consideram reformas pró-investimento, aumento do capital humano e aumento da produtividade. A Estratégia Nacional considera um cenário transformador, com reformas que elevam o potencial de crescimento da economia brasileira. Como resultado dessas amplas reformas, o crescimento do PIB *per capita* poderia atingir 3,3% aa ao longo do período 2019-2031. Dada a expansão populacional, o crescimento do PIB no período seria da ordem de 3,9% aa.

Dessa forma, o PIB *per capita* atingiria, em 2031, valores entre R\$ 42 mil, no cenário básico (com reformas macro que geram o equilíbrio fiscal), e R\$ 51 mil, no cenário transformador (com reformas mais amplas). Para calcular o PIB *per capita* em

dólares, a valores de 2018, utilizou-se a projeção mais recente do Boletim FOCUS (R\$/US\$ 3,49, divulgada em 01/06/2018). O PIB *per capita* alcança valores entre US\$ 12,1 mil e US\$ 14,6 mil, respectivamente nos cenários básico e transformador.

No cenário transformador, nosso PIB *per capita* seria superior ao verificado atualmente em países como Argentina, Polônia e Croácia, aproximando-se do patamar atual do Chile e da Hungria. Esses países têm nível de IDH acima de 0,800, o que os colocam no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano.

Com relação às finanças públicas, mantendo o Novo Regime Fiscal, que limita o crescimento das despesas públicas à taxa de inflação do período anterior, e considerando uma elasticidade unitária entre a receita e o crescimento do PIB, o resultado primário voltaria a ser positivo em 2023, no cenário básico, elevando-se até atingir 3,5% do PIB em 2031. A dívida bruta do governo geral (DBGG) atinge o valor máximo de 82,2% do PIB, em 2023, recuando nos anos seguintes, até atingir 73,6% do PIB, em 2031.

No cenário transformador, com o maior crescimento do PIB no período, o resultado primário já volta a ser superavitário em 2021, o que gera uma redução mais acentuada da dívida bruta, com trajetória de queda já a partir de 2019. Nesse ambiente de melhora nas contas públicas, mantendo a regra do teto do gasto, o resultado primário seria elevado a 6,5% do PIB, em 2031, com a dívida bruta recuando a 34% do PIB.

6. O Caminho até 2031



6.1 Desafios e Orientações

Para alcançar a diretriz principal desta estratégia “Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos”, foram traçados desafios e orientações.

Os desafios expressam o que deve ser feito para tirar o país do caminho do futuro inercial e colocá-lo no rumo desejado. As orientações, por sua vez, são o conjunto de ações que devem ser tomadas ao longo do tempo para dar concretude aos desafios. Devem ser capazes, portanto, de mobilizar os atores-chave (instituições públicas, Poder Legislativo, iniciativa privada, investidores, sociedade civil, etc.) em prol de uma visão de desenvolvimento para o país.

A seguir são apresentados por Eixo os desafios e as linhas gerais de suas respectivas orientações.

Eixo 1: econômico

Desafio: crescimento do PIB *per capita* nacional

Orientações

Para garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública:

- consolidar o ajuste fiscal de longo prazo que reduza a relação dívida pública/PIB e permita a manutenção da estabilidade econômica;
- aperfeiçoar a gestão das contas públicas, fundamentada no lado das despesas;
- aprimorar o sistema de planejamento e orçamento públicos, com o objetivo de reduzir a rigidez do orçamento, aumentar a previsibilidade da execução e a transparência dos gastos públicos, assim como ampliar a efetividade das ações e o estabelecimento de metas voltadas a resultados concretos;
- adotar políticas de aumento da eficiência na provisão de bens e serviços públicos, assegurada a manutenção ou a redução dos níveis de carga tributária;
- consolidar o controle de inflação, em linha com o regime de metas para a inflação, favorecendo a elevação da renda da população.

Para realização de reformas estruturais:

- aperfeiçoar o sistema previdenciário, considerando-se o envelhecimento da população brasileira, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social necessárias;
- aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro, com o objetivo de simplificar a arrecadação dos tributos; racionalizar os determinantes da carga tributária e aumentar sua progressividade; e torná-lo concorrencialmente neutro, gerando uma melhor repartição entre os entes federativos e efeitos positivos sobre a desigualdade de renda;
- aperfeiçoar a governança da condução da política monetária, alinhando o país às melhores práticas internacionais.

Para aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento:

- reforçar os mecanismos de financiamento do investimento de longo prazo, por meio da redução dos custos das transações financeiras, de maiores incentivos à captação de recursos pelas empresas, pelo alongamento dos prazos e pela ampliação do setor bancário privado no financiamento de longo prazo;
- estimular a concorrência e a competitividade do Sistema Financeiro Nacional, por intermédio da democratização da informação do crédito, do incentivo a novos entrantes, da simplificação das obrigações regulatórias e da adoção de boas práticas de governança;
- ampliar os produtos financeiros de apoio às startups (ampliação de recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis e maior prioridade para fundos de venture capital para inovação);
- diversificar as estratégias de maior captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, mercado de títulos, empréstimos, securitização de carteiras, entre outros;
- direcionar o foco da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidas pelo mercado de forma adequada; e para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade.

Para aproveitamento das potencialidades regionais:

- prover melhor infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, o que irá ampliar as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo saltos de produtividade e geração de emprego e renda a essas regiões;
- incentivar os investimentos e a efetiva implementação de projetos estruturantes em cada estado, visando a efeitos positivos não apenas no crescimento do PIB mas também na redução das desigualdades entre as regiões;
- identificar e explorar as potencialidades econômicas de cada região, com foco na inovação tecnológica e no adensamento das cadeias produtivas locais;
- aprimorar os mecanismos de financiamento voltados para o desenvolvimento regional;
- fortalecer as cidades médias como âncora da interiorização do desenvolvimento do país.

Desafio: aumentar a produtividade da economia brasileira

Orientações

Para ampliação dos esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação:

- desenvolver mecanismos que estimulem a inovação tecnológica nas empresas, ampliando a aplicação de recursos privados em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), de modo a incentivar a agregação de valor e dinamizar o sistema de propriedade industrial do país para fomentar ativos intangíveis (patentes, marcas, desenhos industriais etc);
- construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado, incentivando a formação de ecossistemas de inovação e clusters de produção, a partir da identificação das potencialidades regionais;
- coordenar e otimizar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como orientar suas ações pela busca de resultados e ampliar os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, o que irá gerar um ecossistema de inovação mais simbiótico e um ambiente de negócios mais empreendedor e dinâmico;
- incentivar o desenvolvimento da economia digital, ampliando o apoio à difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias) e suas aplicações no país (indústria 4.0);
- desenvolver e ampliar a difusão de tecnologias críticas, sobretudo dos setores nuclear, aeroespacial e cibernético;
- aprimorar e intensificar o ensino de ciências, tecnologias, engenharia e matemática no país.

Para adensamento de cadeias produtivas:

- criar condições favoráveis para o adensamento industrial das cadeias tradicionais competitivas, a fim de que se possa agregar valor à produção e expandir os mercados;
- manter a competitividade do agronegócio, observando as questões de sustentabilidade, respeitando a diversidade regional brasileira e buscando agregação de valor e diversificação, a montante e a jusante da cadeia produtiva;
- atualizar o arcabouço normativo e fortalecer os segmentos inovadores como possíveis eixos de desenvolvimento, tais como a economia criativa, a economia digital, a economia verde e a bioeconomia, de forma a induzir o desenvolvimento de uma economia baseada em informação, preservando os direitos individuais;
- incentivar ações de agregação de valor no setor de serviços, melhorando a qualidade da força de trabalho, com investimentos na formação do capital humano; e
- desenvolver o potencial do turismo no Brasil, por meio da valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros.

Desafio: alcançar uma maior integração econômica regional e global

Orientações

Para maior participação no fluxo comercial:

- ampliar as iniciativas de integração econômica e comercial no âmbito regional, dos BRICS e por meio de acordos bilaterais;
- atuar de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais e estratégicos do Brasil, com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos;
- fortalecer a estratégia de promoção de investimentos diretos estrangeiros, com foco na eficiência produtiva e inserção internacional; e
- remover os obstáculos à internacionalização de empresas brasileiras, com apoio efetivo ao investimento brasileiro no exterior.

Eixo 2: institucional

Desafio: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações de governo

Orientações

Para fortalecimento da capacidade de gestão do Estado:

- incorporar as práticas de avaliação periódica de eficácia e efetividade das políticas públicas, dos gastos tributários e dos subsídios (benefícios tributários, financeiros e creditícios) ao processo decisório;
- estimular a identificação e difusão de boas práticas de governança de programas e/ou instituições públicas que demonstrem, de forma clara e efetiva, suas entregas ao cidadão;
- instrumentalizar o setor público de modo a permitir respostas tempestivas às mudanças sociais e econômicas;
- ampliar e aperfeiçoar o uso de TICs na prestação de serviços ao cidadão, com vistas ao pleno exercício da cidadania e melhoria da eficiência;
- promover a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social existentes;
- qualificar a atuação das agências reguladoras, sobretudo com a adequada avaliação de impacto regulatório;
- qualificar as indicações dos dirigentes do setor público, principalmente nas empresas estatais, por meio de critérios adequados de seleção;
- aperfeiçoar os instrumentos legais de contratação e seleção pública visando a maior agilidade, qualidade, produtividade, acessibilidade e tempestividade do serviço público;
- fortalecer os instrumentos de mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Para garantia dos direitos fundamentais:

- promover redes de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, abrangendo inclusive os ambientes virtuais;
- fortalecer os mecanismos de combate ao trabalho escravo e de acesso ao trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- promover a igualdade de oportunidade de grupos sociais vulnerabilizados;
- promover a igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo e de todas as formas de preconceito, o respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais e as liberdades individuais.

Para melhoria do pacto federativo:

- estruturar um sistema de governança federativa que assegure a cooperação entre os entes na elaboração e execução de políticas públicas;
- promover o fortalecimento gerencial e administrativo dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, ampliando a autonomia dos entes federados e incrementando seus processos de planejamento e gestão por resultados; e
- viabilizar instâncias de negociação permanentes entre os entes federados.

Desafio: ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas

Orientações

Para melhoria do ambiente de negócios:

- desburocratizar e digitalizar a abertura e o fechamento de empresas, atos negociais e recolhimentos tributários;
- facilitar o acesso ao crédito, ao mercado de capitais e às compras públicas a médias, micros e pequenas empresas;
- melhorar e aperfeiçoar os marcos regulatórios dos diversos setores, buscando a coerência normativa no arcabouço legal e infralegal, o aumento da segurança jurídica nas relações públicas e privadas e na qualidade dos serviços prestados à sociedade; e
- ampliar a cooperação institucional, reduzir custos administrativos e obrigações tributárias acessórias, bem como dar maior agilidade à obtenção de licenças e concessões.

Desafio: consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional

Orientações

Para política externa:

- atuar nos fóruns internacionais com vistas ao incremento da participação dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e na mitigação do protecionismo;
- desenvolver iniciativas de integração regional, pautando temas de interesse estratégico para a agenda nacional e regional;
- intensificar a cooperação fronteiriça e interagências nacionais e internacionais em duas vertentes: i) expansão e integração das infraestruturas logística e energética, e ii) combate ao crime organizado transnacional para assegurar ambiente seguro aos cidadãos brasileiros;
- aprofundar o relacionamento com países da Europa e da América do Norte, além do Japão, que ocupam posição influente no cenário internacional;
- diversificar as parcerias internacionais com os países africanos, asiáticos e do Oriente Médio;
- intensificar a participação do Brasil no BRICS importante mecanismo de diálogo com outras grandes potências emergentes, e no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);
- promover medidas de resguardo das infraestruturas críticas, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacional;
- aproximar-se, progressiva e gradualmente, de organismos internacionais que contribuam para aumentar a eficiência do Estado brasileiro;
- consolidar a presença brasileira na Antártica de modo a garantir a sua participação no processo de decisão sobre o destino da região; e
- incrementar a promoção internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.

Eixo 3: infraestrutura

Desafio: ampliar os investimentos em infraestrutura

Orientações

Para planejamento e expansão das fontes de financiamento dos investimentos em infraestrutura:

- melhorar a gestão da infraestrutura pública, com a definição de carteira de projetos de médio e longo prazo prioritários, e foco nos projetos vetores de desenvolvimento econômico, social e regional;
- aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura;
- incentivar o investimento privado (nacional e estrangeiro), reduzindo as necessidades de comprometimento de recursos fiscais.

Para eficiência e segurança energéticas:

- planejar e implementar os investimentos na expansão da capacidade instalada da produção de energia de forma eficiente;
- fomentar tecnologias e produtos com melhor eficiência energética;
- ampliar a inserção de redes elétricas inteligentes como forma de permitir a obtenção de ganhos sistêmicos de eficiência;
- aumentar a participação das fontes renováveis não convencionais na matriz energética, conforme metas do Acordo de Paris, com incentivo à geração distribuída e à modernização de ativos existentes.

Para modernização da infraestrutura de telecomunicações:

- garantir regras e instrumentos para a expansão e acesso da infraestrutura de banda larga em regiões carentes/remotas e naquelas com maior densidade populacional;
- incentivar o desenvolvimento de softwares e aplicativos para o setor;
- fortalecer os provedores regionais;
- aperfeiçoar os sistemas de comunicação dos órgãos envolvidos em inteligência e defesa nacional.

Para promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência:

- discutir o valor da água, de forma a promover o uso racional e os investimentos no setor, sem prejuízo da sua função social;
- promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos por meio da indução de boas práticas de uso da água e do solo, da revitalização de bacias hidrográficas e do gerenciamento efetivo desse recurso natural;
- ampliar e difundir o conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas; e
- ampliar a oferta de água por meio de infraestruturas hídricas que garanta quantidades suficientes para: uso consuntivo, hidrovias e energia.

Desafio: melhorar o desempenho logístico do país

Orientações

Para a melhoria do desempenho logístico:

- realizar o planejamento sistêmico integrado entre os modais, considerando a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do país;
- desenvolver os diversos modais de transporte regional de passageiros e cargas, de forma a promover a integração territorial e a intensificação das interações espaciais;
- ampliar o uso de modais mais eficientes na matriz de transportes, tais como ferroviário e hidroviário (marítimo e fluvial), e incentivar a intermodalidade e a concorrência intramodal e intermodal;
- articular o planejamento do setor de transporte com as necessidades dos setores industrial, agrícola e agroindustrial, de forma a ofertar uma rede viária ampliada e integrada;
- aperfeiçoar os marcos legais transversais, de forma a evitar a dissonância legislativa entre os vários entes públicos, modernizar processos e obter avaliações mais céleres e de maior qualidade; e
- incentivar o uso de veículos, equipamentos e infraestrutura verde, mais eficientes e sustentáveis energeticamente.

Desafio: proporcionar maior bem-estar para a população

Orientações

Para melhoria da infraestrutura urbana e rural:

- induzir as boas práticas de planejamento urbano, com foco no crescimento ordenado e sustentável das cidades, ampliando a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- fomentar a qualificação da gestão pública e iniciativas e métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano;
- planejar a infraestrutura urbana considerando a complementariedade e sinergia dos investimentos público e privado em infraestrutura urbana (saneamento, mobilidade e habitação);
- incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento e regulação dos serviços públicos, dando maior segurança para ampliação da iniciativa privada na prestação dos serviços;
- estimular ações que contribuam para a universalização do saneamento básico urbano, considerando a integralidade entre as diversas modalidades e, sempre que possível, com incentivo ao aproveitamento do biogás para produção de energia;
- ampliar a condição satisfatória de bem-estar dos domicílios nas áreas rurais, respeitando as peculiaridades locais;
- facilitar a ampliação da oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados;
- desenvolver programas habitacionais de interesse social, com foco na população mais carente;
- incorporar as novas tecnologias (IoT – internet das coisas) no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;
- incentivar o investimento em transporte coletivo, melhorando o ambiente urbano e a qualidade de vida da população; e
- promover políticas públicas que reduzam a população exposta em áreas de riscos.

Eixo 4: ambiental

Desafio: ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética

Orientações

Para diversificação da matriz energética:

- ampliar a participação de fontes renováveis de geração de energia, conforme metas do Acordo de Paris, com incentivo à geração distribuída, propiciando a elevação do papel do consumidor na produção de energia;
- estimular o adensamento da cadeia produtiva, de forma competitiva, associada à produção de energias renováveis; e
- aproveitar as potencialidades regionais na geração de energia renovável.

Desafio: reduzir a intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg per \$ PIB PPP)

Orientações

Para a transição para uma economia de baixo carbono:

- implementar políticas e medidas de adaptação à mudança do clima para a construção de resiliência de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção;
- ampliar e fortalecer instrumentos econômicos para promoção de atividades de baixa emissão de carbono, considerando a inclusão produtiva e social (economia circular);
- garantir a continuidade do declínio do desmatamento, promover a implementação efetiva do Código Florestal e fomentar o mercado de recuperação de áreas desmatadas/degradadas;
- fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono e promover a sustentabilidade da produção agropecuária-florestal como as principais medidas para o desenvolvimento sustentável na agricultura e ampliação do acesso a novos mercados;
- promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono, no setor industrial;
- aumentar a competitividade do setor de biocombustível e veículos elétricos/híbridos.

Para reduzir os impactos das atividades produtivas no meio ambiente, aproveitando as oportunidades oriundas da biodiversidade e dos recursos naturais do Brasil:

- reduzir a ameaça de extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável;
- incentivar atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, fomentando a preservação e o uso sustentável dos biomas brasileiros, com elevação de renda e inclusão social e produtiva;
- promover a proteção da biodiversidade da Amazônia e da Amazônia Azul, dos recursos minerais, hídricos e do potencial energético no território brasileiro;
- internalizar as variáveis ambientais na tomada de decisão econômica para o desenvolvimento de baixo carbono;
- fomentar a pesquisa científica e o adensamento da cadeia produtiva da bioeconomia, com foco no desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da biodiversidade para utilização como fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros do interesse da indústria; e
- desenvolver o potencial dos negócios ambientais, com ênfase no turismo sustentável.

Eixo 5: social

Desafio: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais

Orientações

Para políticas públicas de inclusão:

- aperfeiçoar políticas e mecanismos de apoio aos agricultores familiares, especialmente as mulheres e os jovens, para desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura familiar sustentável;
- combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural;
- estimular políticas para a promoção da equidade e estudos sobre as desigualdades nacionais;
- focalizar os investimentos e transferências sociais na parcela mais pobre da população;
- promover ações para ampliar o acesso às tecnologias sociais e microfinanças, em especial para as populações mais vulneráveis, de forma a fortalecer o empreendedorismo;
- estimular políticas de inclusão produtiva e de qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, com foco na atualização tecnológica e desenvolvimento de aptidões;
- universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais, propiciando o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida;
- incentivar o acesso e o uso da terra de forma sustentável a trabalhadores rurais, garantindo assistência social e produtiva e visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural;
- incentivar o cooperativismo como forma de fortalecimento de pequenos produtores.

Para aproveitamento das potencialidades regionais para geração de renda:

- ampliar o acesso ao microcrédito, com foco nas regiões Norte e Nordeste;
- priorizar projetos com alto grau de apropriação local, inclusive com forte encadeamento produtivo;
- fomentar o desenvolvimento endógeno e a inteligência competitiva local, obtendo a convergência dos indicadores sociais entre e intra as regiões brasileiras; e
- gerar atividades econômicas a partir da identidade cultural das regiões.

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde

Orientações

Para melhoria dos serviços de saúde:

- adequar os serviços de saúde para atendimento às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional;
- rever os atos normativos e aperfeiçoar as estratégias de enfrentamento para a redução da judicialização da área de saúde;
- melhorar a competitividade da indústria de saúde, reduzindo a dependência externa, com o desenvolvimento e a produção de vacinas, medicamentos, insumos e equipamentos médicos;
- aprimorar a gestão do SUS, de forma a tornar o sistema mais eficiente, com melhor articulação entre setor público e privado, e adequar o seu financiamento às necessidades da população;
- integrar as informações de saúde provenientes das redes públicas e privada a partir da criação de padrão de dados único e da implantação do prontuário eletrônico pelo SUS, a fim de atender a demanda com equidade
- ampliar a ênfase na atenção primária, por meio da melhoria da estrutura e garantia do acesso a profissionais qualificados;
- fortalecer a cooperação interfederativa e resgatar o papel dos estados na rede de assistência;
- reforçar as políticas de promoção e prevenção da saúde;
- promover o fortalecimento e a integração das políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas; e
- incrementar as políticas de promoção à prática e à cultura de esportes, haja vista o papel do comportamento ativo na prevenção e tratamento de doenças crônicas.

Desafio: reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra

Orientações

Para melhoria da segurança pública:

- aprimorar o combate à criminalidade, por meio do fortalecimento do monitoramento e da vigilância das fronteiras, da integração dos sistemas de inteligência policial dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;
- fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TICs pelas instituições de segurança pública;
- ampliar, reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a reduzir o deficit de vagas no sistema, fortalecer a aplicação de medidas alternativas à prisão, combater o crime organizado e tornar menor a reiteração criminosa;
- coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal; e
- elaborar programas sociais articulados com a estratégia de prevenção à violência.

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade da educação

Orientações

Para educação de qualidade:

- aprimorar a gestão e a governança da rede pública, garantindo maior qualidade e valorizando os profissionais de ensino;
- implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de docentes e gestores, com foco na prática, valorizando aspectos motivacionais, competências interpessoais e de liderança, articulada à promoção em bases meritocráticas;
- melhorar as bases curriculares de modo a elevar a qualidade do ensino em todo o Brasil;
- implantar infraestrutura de banda larga nas escolas e estimular a adoção de tecnologias digitais na educação e uso de novas tecnologias de ensino à distância;
- reorganizar o sistema de pós-graduação e pesquisa, estímulo à prática multidisciplinar e vinculação entre pesquisa e setor produtivo;
- adequar a política de formação profissional, tornando-a mais flexível e próxima das necessidades do mercado de trabalho, inclusive com maior integração dos setores produtivos com as instituições de ensino;
- estimular o intercâmbio com instituições de ensino no exterior, os projetos conjuntos de pesquisa e as parcerias universitárias, dando incentivo à vinda de pesquisadores estrangeiros;
- aperfeiçoar o mecanismo de transferência dos recursos existentes (União e estados), condicionando parte dos repasses a indicadores de desempenho;
- difundir boas práticas de regiões que conseguiram dar saltos de qualidade na educação;
- ampliar o acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância; e
- amplificar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, em especial para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Desafio: fortalecer a cidadania a partir da construção de um sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático**Orientações**

Para fortalecimento da cidadania:

- melhorar a governança dos programas e serviços especializados de atendimento e assistência social a públicos vulneráveis em situação de violência ou restrição de direitos;
- ampliar e qualificar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita;
- aumentar a eficiência do Poder Judiciário e democratizar seu acesso, fomentando os sistemas de resolução de conflitos extrajudiciais; e
- consolidar em todas as políticas públicas o objetivo de concretização dos direitos humanos, com ênfase em públicos vulneráveis (idosos, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros).

6.2 Riscos e medidas mitigadoras

O quadro 2 apresenta os riscos identificados à implementação da Estratégia Nacional e seus respectivas medidas mitigadoras.

Quadro 2
Riscos e medidas mitigadoras

Riscos	Medidas mitigadoras
Existência de uma fragmentação política que impeça a implementação de medidas fiscais necessárias à consolidação de um equilíbrio fiscal.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o debate público sobre a necessidade de realização de reformas estruturais (tributária e previdenciária) de forma a obter o apoio da população. • Aumentar a efetividade do Estado, por meio da constante revisão e avaliação das políticas públicas, dos gastos tributários e subsídios. • Estimular o aumento da produtividade com vistas a sustentar o crescimento econômico, com impactos positivos na arrecadação de recursos e na redução do déficit público
Reduzida atração de investimentos privados.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura; • Estruturar os marcos regulatórios setoriais que forneçam segurança econômica e jurídica aos investidores e setor público; • Diversificação das fontes de financiamento dos empreendimentos; • Selecionar os investimentos públicos, de forma a evitar a pulverização dos recursos e descontinuidade das obras.
Incorporação de forma defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TICs, indústria 4.0 e bioeconomia.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma abertura comercial que aumente a competitividade de forma a incentivar a concorrência e o aumento da produtividade da indústria nacional; • Remover obstáculos e reduzir os custos à importação tecnológica; • Construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado; • Aprimorar os mecanismos de financiamento em P&D.
Descasamento entre os avanços econômicos, sociais e ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o sistema tributário de forma a torná-lo mais progressivo, concorrencialmente neutro dentro dos setores; • Melhorar os sistemas públicos de previdência, assistência e seguridade social de forma a ampliar seus impactos na redução das desigualdades sociais; • Aprimorar a qualidade e abrangência dos sistemas de saúde e educação reduzindo o gap existente no acesso a esses serviços na sociedade brasileira.

Riscos	Medidas mitigadoras
<p>A reestruturação do crime organizado em resposta às ações de segurança pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TICs pelas instituições de segurança pública, com o devido respaldo à privacidade; • Fortalecer o serviço de inteligência policial, por meio da integração dos sistemas dos entes federados e da maior coordenação de suas ações; • Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário de forma a combater o crime organizado e reduzir a reiteração criminosa; • Coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevado índices de vulnerabilidade social e criminal.
<p>Ampliação dos fluxos migratórios em decorrência de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerras nacionais e regionais, crises econômicas nos países latino americanos.</p> <p>Intensificação da megatendência de degradação ambiental e maior frequência de eventos climáticos extremos (seca e chuva) gerar o aumento da frequência e intensidade das crises hídricas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma política de imigração que promova o acolhimento e integração do imigrante à sociedade brasileira. • Precificar adequadamente a água, de forma que seu custo passe a indicar sua escassez relativa, incentivando o uso racional e permitindo o financiamento do setor e preservando sua função social. • Implementar boas práticas de uso de água e solo e revitalizar as bacias hidrográficas. • Investir na utilização de água de reuso. • Incentivar a restauração de matas ciliares, o tratamento de resíduos e melhores práticas agrícolas. • Investir na ampliação e modernização de infraestruturas hídricas.

Elaboração: Seplan/MP.

7. Considerações finais



Este documento representa apenas a primeira etapa de construção da Estratégia Nacional. Para que ela se torne um instrumento útil para o país, é fundamental que o governo e a sociedade internalizem seu conteúdo e a percebam como uma referência ou direcionador para suas ações. Com isso em vista, este documento base será alvo de debates, principalmente por meio de uma ampla consulta pública, e assim considerará a diversidade brasileira expressa nas diferenças culturais, econômicas e sociais de nosso povo e de nosso território, e pensando em seu papel orientador dos planos setoriais e em sua implementação por meio do PPA, principal documento de planejamento nacional para o médio prazo, que orienta também a elaboração das leis orçamentárias anuais.

A expectativa é que o governo, em especial por meio dos ministérios setoriais, se aproprie do relatório final da Estratégia e reflita sobre suas diretrizes, desafios e orientações, incorporando-os aos programas, objetivos e metas dos próximos PPAs. Dessa forma, os atributos da Estratégia Nacional deverão ser suficientemente claros para nortear a ação governamental nos próximos anos.

O processo de elaboração deste documento compreende rodadas de reunião com os órgãos do Poder Executivo federal, apresentações e debates em fóruns de representação da sociedade civil, audiências públicas no Congresso Nacional, e, sobretudo, um amplo processo de consulta pública para a manifestação de toda a sociedade, com isso espera-se como resultado um documento que expresse um caminho comum/compartilhado para o país.

Por fim, para garantir sua efetiva implementação, a gestão da Estratégia Nacional precisa prever o monitoramento e a avaliação, além da atualização das megatendências, dos indicadores, dos desafios e das orientações a partir dos avanços identificados na situação atual do país a cada quatro anos, no âmbito do ciclo do PPA.

